



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



13 DE DEZEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA,  
EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO  
E TELEVISÃO SOBRE SEU PROGRAM-  
MA NA ÁREA DA DEFESA NACIO-  
NAL.

Brasileiros:

Nos meus pronunciamentos, procuro transmitir a todos uma idéia de conjunto, a visão do que é, do que tem, do que significa o Brasil de hoje, a nossa comunidade, em si mesma e o que significa para cada um de nós.

Em si mesma, a nossa comunidade é a nossa pátria. Para cada um de nós é a vida que levamos, a nossa família, a nossa casa, os amigos, as pessoas e situações que nos trazem alegria, ou que nos aborrecem.

Ser brasileiro hoje é sentir-se integrado e é viver nessa comunidade, com os contornos, com os interesses, com os valores de vida que nos irmanam, nos unem. Nesse conjunto, nessa comunidade, cada um de nós leva a vida como deseja ou como pode, conforme as nossas circunstâncias, a nossa situação. Por isso, vou repetir, nos meus pronunciamentos, desejo dar a todos uma vi-

são do conjunto do que somos, do que temos, do que estamos fazendo. Isto é o Brasil, é o nosso Brasil.

Quando vejo os debates, as críticas, as sugestões, a busca de soluções para os nossos problemas, as diferenças de opinião sobre o nosso caminho político, sobre as nossas opções econômicas, sobre o nosso esforço pelo progresso social, vejo as alternativas apontadas. Mas é preciso ver também a União nessa diferença aparente, a comunidade de interesses dos brasileiros, motivados diante de um obstáculo.

A inflação, por exemplo, é um problema que temos de enfrentar unidos; tanto os que defendem a política do Governo de combate à inflação, como os que combatem essa política. Porque é o mesmo problema para todos nós, unidos em nossa comunidade. Discordamos quanto à fórmula, mas estamos unidos na defesa, no esforço para nos protegermos, porque é uma ameaça para todos.

Essa união, essa consciência e esse sentimento de comunidade constituem a razão de ser, a alma da segurança e da defesa nacional.

Hoje, vou falar sobre a Defesa Nacional e desejo mostrar o progresso das nossas Forças Armadas no meu governo e nos últimos 20 anos.

Para mim é um tema sentimental. Tive muitos anos envolvidos em todos os setores de ação governamental nestes 20 anos, como Ministro de dois governos e depois como Presidente da República. Mas a vida militar envolveu todos os meus anos. A minha família, a escola, o trabalho, os amigos.

Cada comunidade, como cada pessoa, tem uma noção própria de sua segurança, da sua defesa. Segurança e defesa da sua vida, da sua liberdade, do seu lar, do seu sistema de valores.

Não são conceitos imutáveis. Cada nação define o seu próprio conceito e os campos próprios da segurança e da defesa nacionais, conforme os seus interesses. Eles envolvem conforme caminham os destinos da comunidade, conforme se transformam os seus interesses e os seus valores.

As noções de Segurança e de Defesa Nacional, no Brasil de hoje, são diferentes do Brasil do século passado, do Brasil da Segunda Guerra Mundial, do Brasil de 20 anos atrás. Porque o Mundo mudou e o Brasil mudou. Então é preciso mudar a concepção de segurança e a concepção de defesa, conforme as novas situações, as novas armas, o avanço tecnológico, a disponibilidade de recursos. Esses fatores comandam a formulação da estratégia militar de qualquer nação.

Não vou alongar-me em juízos de valor sobre o tema. Vou limitar-me aqui a ressaltar que a Segurança Nacional envolve a responsabilidade de todos os cidadãos. Você empresário, você trabalhador, você estudante, dona-de-casa, na medida em que você exerce o seu papel social de maneira construtiva, na medida em que você ajuda a fortalecer os nossos laços comunitários, você participa no aperfeiçoamento da nossa Segurança Nacional.

Não vejam as palavras Segurança Nacional como palavras inimigas. Nos debates recentes sobre a nova Lei de Segurança Nacional, que enviei ao Congresso e que o Congresso aprovou, algumas opiniões agrediam o conceito de Segurança Nacional como algo malévolos, pernicioso. Existe uma grande confusão em torno da idéia de Segurança Nacional. A segurança é o estado de garantia dos valores da comunidade. A defesa é a ação de proteção da segurança. A Segurança Nacional é um conceito construtivo que ajuda a nossa comunidade a se unir, a

ter consciência do que deve ser preservado. A inflação, a pobreza extrema, a fome são ameaças à Segurança Nacional. Tão graves quanto uma agressão externa. Por isso, contribuir para a preservação da Segurança Nacional é dever de todos.

Nessa tarefa de todos, as Forças Armadas têm um dever específico: a organização da Defesa Nacional. Às Forças Armadas compete o exercício da Defesa Nacional. Defrontado por uma ameaça concreta, o País, o povo se defende com as suas Forças Armadas.

O nosso País tem sido poupadão pelo destino. Vivemos há mais de um século em paz. Duas Guerras Mundiais e dezenas de conflitos praticamente não nos alcançaram. Somente quando a expansão totalitária do nazismo aproximou-se do nosso Continente, unimos nosso esforço aos aliados, em defesa dos nossos interesses e dos nossos valores de vida.

Como fizemos sempre, quando os nossos interesses e os nossos valores foram ameaçados, no passado, por agressões externas. Como temos o dever de defendê-los hoje e no futuro. Não admitimos a guerra de conquista e não admitimos ser conquistados. Isso está, inclusive, na nossa Constituição.

Não se pode improvisar a Defesa Nacional. É preciso contar com estruturas permanentes, com alto nível de especialização, flexibilidade para renovação constante, tanto nas concepções estratégicas e táticas como nos instrumentos de combate. Porque a Defesa Nacional exige o máximo de eficácia, que só se consegue pela dedicação total das pessoas engajadas, pelo treinamento constante, pelo domínio dos avanços tecnológicos.

Há ainda um motivo poderoso que impede a agressão. O poder de dissuadir o atacante, ou de retaliar o

ataque de maneira decisiva. É quando o agressor vê que terá de enfrentar um adversário preparado, capaz de defender-se causando danos irreparáveis e mesmo de vencer. Nesse contexto, o preço dos armamentos deixa de ser o preço da guerra para ser o preço da paz. Talvez o nosso povo tenha obtido um século de paz e tranqüilidade porque os possíveis adversários do momento receavam envolver-se em conflitos com um país com as dimensões da nossa população, do nosso Território e do nosso potencial militar.

Já afirmei que o papel primordial de nossas Forças Armadas é assegurar a defesa eficaz do Brasil.

O que temos de defender? Em primeiro lugar, o nosso povo, a nossa gente. Cento e trinta milhões de brasileiros, dos quais a metade são menores de idade; oito milhões e meio de quilômetros quadrados; mais de sete mil quilômetros de litoral atlântico e um mar territorial de 200 milhas, com recursos valiosos em alimentos e petróleo; outros sete mil quilômetros de fronteiras internas hoje densamente ocupadas; um imenso patrimônio constituído pela produção agrária e industrial, pelo complexo empresarial de todos os ramos da atividade econômica.

Em que consiste a Defesa Nacional? É uma tarefa ciclopica que exige recursos tecnológicos avançados de poder de fogo de transporte e da eletrônica. É um papel estratégico que exige a perfeita integração entre Exército, Marinha e Força Aérea, na defesa conjunta do território, do mar e do espaço aéreo nacionais.

Temos de considerar também os fatores externos. Vivemos em um quadro de relações internacionais de equilíbrio de tensões, de alianças militares, de constantes pressões de emprego de armas nucleares capazes de destruir o Mundo.

Mas o Brasil prefere acreditar, acima de tudo, na responsabilidade dos Chefes-de-Estado, na racionalidade no comando das decisões e na consciência humanitária para impedir que se tornem reais os cenários de exercício de hecatombes nucleares. Não fechamos os olhos a essa realidade. Preferimos acreditar na supremacia da vontade de construir sobre a vontade de destituir e na vantagem da negociação sobre o conflito, como método para resolver a crise. Essa é uma posição doutrinária, mas não podemos deixar de ter, em relação à hipótese do conflito nuclear, tarefas e procedimentos estudados de ação militar e de defesa e proteção da população civil.

Essa orientação mantém o Brasil fora da corrida armamentista nuclear e limitado ao compromisso de ação conjunta com os países do nosso Continente, para os casos de agressão a um desses países.

As Forças Armadas têm também o dever de zelar pela segurança interna e pela nossa tranqüilidade institucional. A união, a coesão das Forças Armadas, voltadas para a sua missão profissional, é fator decisivo para a manutenção do equilíbrio político e institucional de qualquer país.

A História nos mostra que o rompimento da coesão militar e o desvio das forças militares para servir a ambições de poder pessoal levam a crises violentas e demoradas, a perdas valiosas de vidas e de bens que deixam cicatrizes profundas na convivência de uma comunidade.

Essa ameaça estava presente quando fizemos a Revolução de 1964. Os fatores de controvérsia e divisão foram afastados e superadas as ambições pessoais. Prevaleceu, nestes 20 anos, o sentido da missão institucional; prevaleceu a doutrina de apoiar a nossa sociedade no caminho da democracia.

Antes de 1964, a situação das Forças Armadas deixava muito a desejar. O armamento era obsoleto, quase todo o material era importado. Os efetivos do Exército, da Marinha e da Força Aérea estavam dispostos apenas pelo litoral e pela fronteira sul do País.

Nestes 20 anos, fizemos um esforço sistemático para trazer as Forças Armadas ao nível compatível com o crescimento nacional. Forças Armadas eficientes e modernas implicam despesas. O avanço tecnológico dos instrumentos de combate exige elevado nível tecnológico de preparo dos homens para manejá-los.

O processo de modernização e equipamento das Forças Armadas obedeceu e obedece a critérios rígidos de economia, em vista da escassez dos recursos orçamentários, sempre aquém das necessidades dos vários setores da atividade governamental.

Comparado com outros países, o Brasil aparece numa posição bem modesta em matéria de despesas militares. Há países bem menores que o nosso que chegam a gastar 12% do Produto Interno Bruto anual em despesas militares. Aqui este porcentual é de 0,6%. Aos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica somente coube, em 1984, o total de 8,24% do Orçamento da União, o que equivale ao recebido pelo Ministério dos Transportes sozinho.

Vários países com menos da metade da nossa população têm efetivos militares acima de 350.000 homens, ou seja, cerca de 1% das suas populações. O nosso efetivo situa-se em 270 mil homens, o que representa 0,2% da população. No final do ano passado, enviei ao Congresso projeto-de-lei aumentando esses efetivos em cerca de 110 mil homens ao longo de dez anos. Esse aumento de efetivos decorre de vários fatores entre os quais a duplicação de nossa população e a expansão das nossas

atividades econômicas até as fronteiras mais distantes. Essa nova realidade ampliou as responsabilidades das nossas Forças Armadas.

Devido à velocidade das armas de hoje, a defesa de qualquer país depende, no primeiro momento, da sua capacidade de identificar a agressão inimiga através de equipamentos eletrônicos.

A Força Aérea, a Marinha e o Exército precisam, portanto, de contar com a aparelhagem adequada. É imprescindível que cada uma dessas Forças disponha de sistemas de detecção, como o radar, o sonar, etc., apropriados às suas missões específicas. Também é imprescindível que cada Força conte com armas capazes de causar dano sobre o adversário; precisa da organização logística adequada, de apoio, abastecimento e administração; é preciso uma estrutura de comando e de estado-maior para estudo, decisão e execução quanto a estratégias e alternativas de ação.

Volto a enfatizar que a velocidade das armas modernas exige um preparo exaustivo de resposta imediata, caso contrário a defesa se torna inadequada. Isso exige das Forças Armadas um esforço permanente de modernização e profissionalização.

Com essa diretriz, conseguimos, nestes 20 anos, um reajustamento das Forças Armadas aos níveis de responsabilidade do nosso tempo. O preparo tecnológico do militar, o reequipamento das forças e, a partir de certo ponto, o reequipamento com material nacional, atingiram níveis razoáveis de sucesso.

Vou mostrar alguns aspectos desse aperfeiçoamento nas três Forças.

A missão específica do Exército consiste na defesa do nosso imenso Território. Por isso, a modalidade das

tropas terrestres e o poder de fogo por unidade são fatores fundamentais para a execução dessa tarefa. Hoje, a nossa Infantaria, a Cavalaria blindada e a Artilharia dispõem de armamento e mobilidade adequados às suas missões específicas.

Alteramos a estrutura de organização do Exército em vários níveis; no meu governo, criei os Comandos Militares da Amazônia e de Brasília, separando-os da nossa organização clássica dos 4 Exércitos regionais; desdobrei os antigos regimentos de estrutura maior e mais pesados, em unidades de maior fluidez e operacionalidade.

Fizemos também o ajustamento das unidades ao tipo de região em que têm de operar. Nosso País tem tipos de teatros de operações muito diferentes.

Na Amazônia, com a selva equatorial e os grandes rios, organizamos as Brigadas de Infantaria de Selva, com equipamento apropriado, uniformes camuflados e treinamento especializado para o homem sobreviver, combater e vencer o invasor, nessa região someada de obstáculos naturais a cada passo. O Centro de Instrução de Guerra nas Selvas, criado em 64, hoje é reconhecido como uma das melhores escolas do gênero.

Também no Nordeste, o Exército deixou de lado conceitos genéricos e tratou de preparar o militar para combater no teatro de operações da caatinga.

Temos uma autêntica escola de combate em montanha no 11º Batalhão de Infantaria, sediado em São João Del Rey.

A Brigada Paraquedista, criada na década de 50, a partir de 64 passou a constituir-se em tropa de especial importância estratégica capaz de mobilização imediata,

deslocamento rápido e atuação em todos os pontos do nosso Território.

Ao lado dessa ênfase operacional, tratamos de redistribuir as unidades do Exército pelo Território, e de maneira mais ajustada à expansão ocorrida nos últimos 20 anos, com novas estradas, novas cidades, novas centrais hidrelétricas, etc.

Além dessa atividade principal, de defesa e preparo da defesa, o Exército exerce atividades complementares como a pesquisa de interesse militar nos campos científico, tecnológico e industrial. Vários projetos resultantes de pesquisa militar já foram repassados ao parque industrial brasileiro. A pesquisa de materiais bélicos tem feito surgir no mercado uma série de subprodutos de alta tecnologia como computadores, aparelhos óticos, equipamentos de comunicações, etc.

Em relação ao equipamento das tropas, foi elaborado um Plano Geral de Pesquisa e Desenvolvimento a fim de dotar o Exército do material produzido pela indústria nacional. Dessa maneira, aumentou o nosso poder militar pela capacidade de produzir material bélico. Em outras palavras, isso significa menor dependência do Exterior.

Nossos carros blindados já gozam de elevado conceito entre os vários países compradores e as perspectivas nesse campo são crescentes. Hoje, o Brasil é o maior exportador de blindados sobre rodas em todo o Mundo.

É falsa a idéia de que estamos gastando recursos vultosos em armamentos. Pelo contrário, estamos ganhando dinheiro com eles. Hoje, 95% dos produtos de nossa indústria de material bélico destinam-se à exportação. Em 1983, exportamos mais de 200 milhões de dólares em materiais de interesse militar.

É impossível pensar em defesa nacional sem uma Força Aérea apta a desempenhar vários papéis capazes de lhe assegurar o controle do espaço aéreo.

O espaço aéreo se torna cada dia maior. O homem, depois de ter conquistado a atmosfera, penetrou no Cosmo. Depois de levantar vôo com o avião a hélice, inventou o jato, o foguete, o satélite. Trocou a bússola e a régua de cálculo pelo radar e o computador.

Procuramos dotar o país, a partir de 1964, de um Sistema de Defesa Aérea, com modernos equipamentos de vigilância detecção e interceptação de qualquer aeronave ou força aérea que ameace o nosso Território.

Temos agora uma eficiente vigilância do espaço aéreo brasileiro, com o uso integrado de equipamentos de detecção pelo radar, gerenciamento do tráfego aéreo por computadores, comunicações instantâneas e a interceptação aérea em qualquer tipo de tempo, por aviões supersônicos F-103 *Mirage* ou F-5 *Tiger* da FAB. Esse sistema abrangia uma área de 1.500.000 km<sup>2</sup> em torno de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Brasília.

No meu governo, o Sistema está sendo estendido ao Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ampliando a Defesa Aérea com utilização do radar para uma área equivalente à da Europa Ocidental.

Lembro a eficiência com que atuou a Força Aérea Brasileira há dois anos, quando o Território brasileiro foi sobrevoado por aeronaves estrangeiras não autorizadas. A imprensa destacou a eficácia da interceptação da nossa Força Aérea, que mantém aviões de combate em permanente «estado de prontidão», mesmo em tempo de paz.

O sistema de vigilância do espaço aéreo presta também grandes serviços à aviação civil, aumentando a se-

gurança e fornecendo informações preciosas para o planejamento e o controle de vôo.

Quero registrar também o extraordinário desempenho de uma atividade complementar a serviço da integração nacional: a contribuição do Correio Aéreo Nacional, o CAN, mantido pelo Ministério da Aeronáutica com aeronaves da Força Aérea.

O CAN atende com regularidade as áreas isoladas da Amazônia. Tivemos de abrir campos de pouso em locais desprovidos de qualquer recurso. A COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica construiu, no período de 1964 a 1984, 112 pistas de pouso localizadas nos pontos de mais difícil acesso por outros meios de transportes; a maioria já dispõe de infraestrutura básica aeroportuária e condições de operar aviões militares.

Nesse programa, inaugurei, nos dias 30 e 31 de outubro último, duas novas Bases Aéreas da FAB em Boa Vista e Porto Velho, obras que representam progresso, desenvolvimento e defesa da Região Amazônica, além de outros benefícios diretos e indiretos para a sua população, tão distante dos recursos só existentes nos grandes centros urbanos.

Tratamos de desenvolver a indústria aeronáutica e a nacionalização dos equipamentos bélicos aéreos para ficarmos mais independentes dos fornecedores estrangeiros.

Em 1964, o índice de nacionalização do equipamento aéreo militar era de apenas oito por cento. Dependíamos de noventa e dois por cento de equipamento importado. Conseguimos quase inverter a situação. Quando assumi o Governo, a nacionalização do equipamento aeronáutico militar já alcançava sessenta e cinco por cento. Neste ano chegamos a oitenta por cento.

A EMBRAER, com 15 anos de existência, já se tornou a sexta indústria aeronáutica mundial em produção de aeronaves de médio porte. Os aviões militares que fabricamos contam com um índice de nacionalização próximo de setenta por cento, como o Bandeirante, usado em diversos tipos de operações como Patrulha, Reconhecimento e Fotografia, Transporte de Tropa e Busca e Salvamento; o Xavante, para operações de ataque e de apoio às tropas terrestres; e, em futuro próximo, o AM-X, jato de emprego militar diversificado.

Os resultados das pesquisas do Centro Técnico Aeroespacial, o CTA, de São José dos Campos, asseguram novos patamares do domínio da tecnologia de fabricação de radares, foguetes, mísseis, sensores, raios laser. Começamos a usar o PROSENE, combustível derivado de óleos vegetais que substitui o querosene de aviação — uma reserva estratégica exclusivamente nossa, no momento.

Em 1980, aprovei um programa denominado Missão Espacial Completa Brasileira, coordenado pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais. Esse programa visa ao lançamento de quatro satélites brasileiros por veículo também brasileiro, a partir de base de lançamento brasileiro. O recente lançamento do foguete SONDA-IV e a seleção da região de Alcântara, no Maranhão, como centro de lançamentos espaciais, foram os primeiros passos do ingresso do Brasil na atividade espacial.

A Marinha, no início de 1964, estava bastante afetada na sua capacidade de ação. Seus marinheiros e soldados eram alvo especial de aliciamento à subversão da ordem constitucional. Em torno de um porta-aviões recuperado, mas sem aeronaves, reuniam-se navios desatualizados, na concepção, ou na idade. A questão da aviação embarcada preocupava a Oficialidade e o Go-

verno não procurava solucionar a questão. A Marinha fora, pois, desviada de suas tarefas de defesa e estava mesmo em risco a sua unidade.

Restabelecida a ordem, por ação enérgica de seus chefes e pela ação disciplinada da imensa maioria, a Marinha, em pouco tempo, voltou às suas tarefas normais. Em 1965, estabelecia-se uma doutrina para a aviação embarcada: helicópteros da Marinha e aviões da FAB passavam a operar do convés do MINAS GERAIS.

Para suprir necessidades imediatas e inadiáveis, adquirimos da Marinha Americana, a baixo custo, contratorpedeiros, submarinos, navios de desembarque e helicópteros anti-submarinos, de instrução e de emprego geral.

Efetuaram-se estudos e planos para modernização dos meios navais, anfíbios e aeronavais; meios cuja compra se efetivou nos anos setenta. Vieram os navios-varredores, a seguir os submarinos da classe HUMAITÁ, todos construídos fora do Brasil. Depois as fragatas, classe NITERÓI, quatro construídas no Exterior e duas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; com elas, chegavam os helicópteros de ataque e, com elas, a Marinha passava a ter mísseis de combate.

Ao mesmo tempo, construímos outros navios de menor porte, no Arsenal de Marinha e em estaleiros privados, para as necessidades da Marinha na Região Amazônica e no setor de Hidrografia e Oceanografia.

O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu equipamentos básicos de combate, armamento portátil, carros blindados de transporte de pessoal, carros de combate sobre rodas e caminhões anfíbios, tudo material já de fabricação nacional. Assim, os Fuzileiros Navais consolidavam sua capacidade operativa com equipamento adequado.

Nesse período, a Marinha instalou vários centros de instrução e criou ou consolidou bases navais em Aratu, Val-de-Cães, Rio Negro, a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, o Centro de Eletrônica da Marinha, o Centro de Análises de Sistemas Navais, o Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha, o Comando de Flotilha do Amazonas e a Escola de Guerra Naval.

Caracteriza esta fase o reaparelhamento da Marinha, através de navios novos, mas de concepção, projeto e construção estrangeiros. Era uma etapa necessária que tinha de ser logo ultrapassada, porque não podia também a Marinha depender de material estrangeiro.

No início do meu governo, a Marinha estava pronta para um novo salto. Seus estados-maiores, engenheiros, operários haviam aprendido e absorvido a tecnologia de produção de navios modernos. Com a experiência adquirida e com a compreensão de que a dependência é inaceitável, aprovei o programa de construção das corvetas classe INHAÚMA, ora em plena execução. Não se trata mais da adaptação de projetos estrangeiros, mas de navios projetados para as nossas necessidades. Deste programa, duas unidades estão em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Em relação aos submarinos, muito mais complexos, ainda não conseguimos plena nacionalização; aprovei um programa pelo qual uma unidade será construída no Exterior e outra no Brasil, dando, então, início à série inteiramente nacional.

Na área de apoio às Forças Navais, a criação do Centro de Armas Almirante Octacílio Cunha, da Fábrica de Munição de Guandu de Sapê e a consolidação da Estação Naval do Rio de Janeiro são importantes empreendimentos neste governo. Estão em curso entendimentos com empresas nacionais e estrangeiras para a fa-

bricação aqui de mísseis navais a aeronavais, de armas submarinas e de equipamentos de guerra eletrônica.

Registro com grande satisfação que no meu governo finalmente atingimos um objetivo historicamente desejado: a presença brasileira na Antártida. A Marinha estimulou, apoiou e realizou o Programa Antártico e lá instalou a Estação Comandante FERRAZ, que neste verão já está sendo ampliada e ocupada por militares e cientistas brasileiros que lá ficarão por quase seis meses.

Como atividade subsidiária, a Marinha continua provendo a Segurança da Navegação e a Polícia Naval, através dos órgãos e navios de sua Diretoria de Hidrografia e Navegação, da Diretoria de Portos e Costas e dos navios que patrulham o mar territorial. Continua, também, na Amazônia, a prestação de apoio às populações ribeirinhas, agora com o concurso de dois navios de Assistência Hospitalar, CARLOS CHAGAS e OSWALDO CRUZ construídos durante o meu governo no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

#### Meus Amigos,

Tratei até agora das nossas Forças Armadas da Ativa. Agora vou mencionar o papel dos nossos reservistas. São brasileiros que, se necessário, serão incorporados, e ainda as forças auxiliares como as polícias militares e os corpos de bombeiros militares. Treinar as nossas reservas é uma tarefa vital das Forças Armadas, para que o País possa contar com um contingente substancial de pessoas capazes de exercer funções militares em caso de conflito.

O Serviço Militar no Brasil é obrigatório por tradição. Entretanto, num universo de um e meio milhão de jovens em idade de serviço militar, apenas 150 mil são aproveitados anualmente pelas três Forças. Convivendo

com a alta tecnologia militar, esses jovens recebem uma efetiva iniciação profissional que lhes abre boas oportunidades de trabalho no retorno à vida civil. Apesar das limitações de recursos, foi regulado o serviço militar como oficiais para universitários de setores especiais como a medicina, a farmácia, etc. Além disso, criamos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva e Tiros-de-Guerra por quase todo o nosso País.

Como podemos constatar, a Defesa Nacional é tarefa da maior complexidade, que exige muito para a sua eficácia.

O nosso Exército, a nossa Marinha, a nossa Força Aérea conseguiram atingir níveis operacionais adequados, mas não podem estacionar nesses níveis. Obtivemos razoável independência na fabricação dos nossos equipamentos e armas. Precisamos mantê-la e aumentá-la pela pesquisa. O serviço militar precisa crescer para preparar maiores números de brasileiros para a nossa defesa. Tudo isso exige recursos que são escassos.

Nenhuma nação pode correr o risco de manter-se desprevenida ou desarmada. Todos os homens, tenho a certeza, almejam a paz e têm horror à guerra. Mas a guerra existe. Devemos fazer o máximo para evitá-la. As Forças Armadas bem treinadas e bem equipadas, eficientes e modernas são o fator decisivo para evitar ou para neutralizar uma agressão. Para manter a paz.

Boa noite e muito obrigado.